

Era Nova

Propriedade da Empresa da «Era Nova»

Comp. e imp. na tip. de F. Marinho — Barcelos

Redacção e administração:
Campo de S. José, 91
 ADMINISTRADOR,
Mancei da Silva Matos

ASSINATURAS:
 Trimestre (correio) \$35—Semestre
 \$72—Ano 1\$44—Avulso \$33
 ANUNCIO:
 Cada linha \$33—R. petição \$32

Orgão do Partido Republicano Democrático

Director e Editor — Gonçalo de Araújo

Em defesa da Republica

No actual momento historico não é demasiado insistir n'este importante assunto, dadas as condições especialissimas em que politicamente se encontra o país e nomeadamente este concelho. A Republica, em Barcelos, não nos cançaremos de o afirmar, necessita para se impor e radicar fortemente no espirito simplista do povo, de uma persistente, activa, energica e bem orientada defesa, levada a termo sem reiviudictas, odios ou conções, mas pelo contrario e unicamente por aqueles processos convincentes e legitimos que são a sua base formidavel e indestrutivel.

São estes os termos em que a questão, da defeza da Republica, deve ser posta, se, como seus bons e leais servidores e devotados republicanos, atentarmos por momentos no deleterio ambiente politico da actual situação e ás circumstancias deveras anormais e melindrosas da nossa vida nacional. E assente, tambem, o salutar principio, aliás verdadeiro e irrefutavel, de que sem democratas não ha democracia e de que sem republicanos não pode haver Republica; demonstrado, como tem sido, que nesta vila e concelho, o prodominio politico, por erro imperdoavel dos proprios republicanos, pertence com suas vantagens a monarchicos confessos, contra a vontade expressa de todos os seus cidadãos livres e conscientes; provado como está, que os mais ferozes inimigos do regimen se encontram sem disfarce, mas até ostensivamente, á frente dos cargos administrativos da mais elavada preponderancia: —Camara Municipal, Juntas de Paroquia, Hospital da Misericordia, etc.—cumpre aos republicanos lutar com vigor e com o maximo sacrificio pela estabilidade e definitiva consolidação da forma de governo dentro da qual se desenvolve o seu ideal politico; compete aos defensores das novas Instituições convencer os bem intencionados e os indifferentes em materia politica, de que

entre Republica e monarchia não existe apenas uma banal diferença de palavras, mas que a sua moralidade e os seus processos de governo são bem outros e bem diversos dos que nos ofereceu, em oitenta anos de constitucionalismo misticador, o regimen retrogrado e despotico que para sempre baqueou neste país.

Basendos na pureza do seu ideal, urge que todos os republicanos transformem em realisações praticas e visiveis aquilo que para muitos ainda se lhes antevê como sonho ou simples quimera.

Todos os que, em Barcelos, dizem servir com fidelidade e desinteresse as novas Instituições, tem forçosamente que seguir por caminho bem diferente daquele que até hoje tem trilhado; impõe-lhes esse penoso dever, a honra da nação, o prestigio da Republica e o proprio instinto de legitima defeza.

E tão ardua tarefa será de facil realisação?

Entendemos que sim! Basta que todos quantos se dizem republicanos tomem a peito esse difficil encargo, como lhes cumpre, em nome e em prol da Justiça, da Liberdade e do Direito, triologia sociologica e juridica que constitue a base fundamental e moralista da Constituição Política, aprovada com oomovedora e entusiastica aclamação no primeiro congresso republicano, que representa por todos os motivos a sintese da vontade Nacional. Mas para que tal desiderato imediatamente se consiga e para que tão nobre e altruista missão se inicie com probabilidades de exito, preciso se torna, primeiro que tudo, que, todos aqueles que tal compromisso tomem, em nome da propria liberdade que tão subida regalia lhes confere, reneguem para sempre um incompreensivel passado de condescendencias, de preconceitos e prejuizos que só pode prejudicar a acção util e saneadora a que se impozerem.

Perante o cumprimento do

dever, não pode haver hesitações; não tem que atender-se a implorações de nenhuma especie; não devem existir complacencias para com pessoas, por mais intimos e affectivos que sejam os laços que porventura a elas nos liguem.

Tem que atacar-se de frente a situação. A luta deve travar-se peito a peito, sem evasivas, sem transigencias e sem recuos. Cumpramos todos o nosso dever. Para a frente, eis o caminho. E se para se conseguir a victoria final preciso fôr inutilisar, embora só legitimamente, no campo inimigo, um ou mais dos dirigentes em retumbante destaque—inutilisem-se—por mais alta ou modesta que seja a sua situação.

Na guerra como na guerra! Porque quem seus inimigos poupa nas mãos lhe morre. E' assim e só assim, e por este processo, que possivel é fazer-se uma defeza proficua, bastante e legitima da honra e da integridade da Republica neste concelho, a onde os serventurarios do regimen falido ainda procuram levantar obstaculos á marcha triunfante de nova e progressiva ideia, substanciada na forma de governo que tem na Republica o seu alicerce fundamental. Todos os esforços, pois, tem de convergir para este fim. A Lei, o Direito e a Justiça tem de ser defendidos por esta unica forma. Tudo que assim não seja é uma suprema mentira, que não pode ser aceite por aqueles que tem por dever impedi-la. Façamos, pois, como nos cumpre, uma defeza energica, activa e persistente da Republica, procurando radicalmente no espirito simplista do povo a ideia de que sem republicanos esta não pode existir e que entre Republica e monarchia alguma diferença mais existe do que uma banal diferença de palavras.

Para a frente, em defeza da Republica, sejam quais forem as consequencias: eis o lema e o dever a cumprir!

Por ela devemos sacrificar os nossos mais justificados interesses e as nossas mais caras afeições.

Cumpramos a nossa missão; mas se alguém persistir na continuação do deleterio am-

biente politico que presentemente nos domina, passemos-lhe por cima, porque dos fracos e dos temidos não resa a historia!

Para a frente, em defeza da Republica e da nossa propria tranquilidade!

Gonçalo de Araújo

PROCLAMAÇÃO

O illustre administrador deste concelho mandou distribuir profusamente a proclamação que abaixo inserimos, que muito contem de util e patriotico e no actual momento tem toda a oportunidade:

Ao Povo do Concelho de Barcelos

Cidadãos:

Certamente já sabeis que Portugal vai intervir no monstruoso e sangrento conflito em que a maior parte das nações da Europa se degladiam. O Congresso da República, nosso legitimo e directo representante, assim o resolveu, interpretando o pensar e o sentir, bem manifestos, de generoso povo portuguez, que, em todos os tempos, soube honrar os seus compromissos e presar o seu bom nome e a sua dignidade.

Não podia proceder doutro modo, na actual conjuntura. A Inglaterra, nossa velha e fiel aliada, está envolvida na guerra por não consentir que fosse violada a neutralidade em que a Bélgica, com nobre isenção e desprezo de appetiveis promessas, deliberou manter-se

Grandioso exemplo.

E que flagrante contraste entre o levantado procedimento dessas nações — uma, a Bélgica, reivindicando os seus direitos para sustentação dos compromissos que havia tomado, outra, a Inglaterra, pondo-se ao lados dos fracos e humildes, na defeza desses direitos — e o indigno procedimento da Alemanha, que a todos querendo subjugar, sem escrúpulos de espécie alguma, primeiro tentou o subórno, e depois, vendo o nobremente repellido, rasgou e lançou ao lixo os tratados, como coisa inútil, declarando, com um impudor inaudito e inclassificavel, que eram *um papel sem importancia*, a que não podia submeter-se a sua desmedida ambição!

Quer dizer: se, porventura, triunfasse a teoria alemã — que, afinal é a teoria jesuitica — não

olheis aos meios para conseguir os fins — nunca mais poderíamos ter confiança nos tratados — compromissos de honra que se estabelecem tanto entre as nações como entre os homens.

Mas, felizmente, não sucederá assim.

A Inglaterra, impugnando aquela imoral teoria, primeiro diplomaticamente e depois com as armas na mão, colocou-se ao lado do Direito e da Civilização, contra a imoralidade e o despotismo.

E nós, portuguezes, que sempre mostramos ao mundo um coração generoso, que só sabe palpitar pelas causas nobres e justas, sem tibiezas nem receios de qualquer ordem, não podiamos, nem podemos, assistir indifferentes a essa tremenda luta em que os nossos antigos e fieis aliados tanto se empenham.

Seria como vermos, qualquer de nós, agredir um amigo e ficarmos impassiveis, sem lhe acudir, sem lhe prestar o nosso auxilio, o que não era mais que uma acção desleal e cobarde, que um verdadeiro portuguez é incapaz de praticar.

Mas não se trata somente desse sentimento inato e nobilissimo, brotando espontaneo dos peitos portuguezes e que seria bastante para justificar a nossa desinteressada intervenção.

Há, mais que isso, a secular aliança entre Portugal e a Inglaterra, a qual obriga ambas as partes á mútua protecção e defeza.

E, assim, desde que essa nação — á qual devemos inequívocas provas de fidelidade — reclama o nosso auxilio, o nosso dever é prestar-lho até onde as nossas forças permitam, francamente, lealmente, sem discussões inconvenientes e estêreis, olhando apenas a que a honra e o brio de Portugal a isso nos obriguem.

Vamos, pois, para a frente, conscientes de que, além do cumprir-mos honradamente o nosso dever, vamos pugnar por uma causa justa e contribuir para o seu triunfo, que é certo positivo, inevitavel e que, por fim, há de ser retumbante.

Os prejuizos que nos advenham e os sacrificios que fizermos não de ter larga compensação, e a História resgistar-á mais uma acção brilhante do velho e glorioso Portugal.

Na difficil conjuntura em que nos encontramos, é indispensavel que todos os portuguezes nisso se convençam, encarando serenamente os acontecimentos, tais como se nos apresentam, com íntima esperança na vitória, e cumpram individual e colectivamente os

Administração monarquica!

A obra nefasta da actual camara municipal

IV

Anulação do aumento de ordenados aos empregados administrativos

(3)

seus deveres cívicos, sem desfalecimentos, sem defeições, para que não possa repetir-se que

«...entre os portugueses Traidores houve algumas vezes.»

Viva a Pátria Portuguesa!
Viva a República!

Barcelos, 7 de Dezembro de 1914.—O Administrador do Concelho, José Casimiro Alves Monteiro.

Porque fecharam?!...

Hontem, da parte de tarde, fecharam alguns estabelecimentos comerciais.

Porque seria, todos interrogavam?

Talvez mais alguma fita reacionaria que ia desenrolar-se?

Muitos afirmaram que sim. E, na verdade, tal gesto não era mais do que uma ostensiva demonstração da talassaria indigena.

E' que hontem, como era do costume em outros anos, realizava-se, áquella hora, na igreja do Hospital da Misericórdia, qualquer festança muito do agrado da beatice monarquica; bastando para a defenir como tal, as côres que ornavam os altares e seus apêndices onde predominavam a azul e branca. (Vivem disto os parvujolas!...)

E...vai dahi, alguns comerciantes que nos tempos do regimen depositado nunca em tal dia e por tão fútil motivo encerraram os seus estabelecimentos, fizeram-no agora!

Achamos bem!...—Mas quais foram os que assim procederam, pergunta-nos um nosso amigo, cheio de curiosidade?

Ora quais haviam de ser!... Aqueles que são os unicos socios dessa pagodética coletividade que ainda tem o supremo descaro de se intitular pomposamente de—«Associação Commercial»—para não desmerecerem nos seus creditos de bons talassas e jesuíticos sustentáculos da putrefacção sinagoga!

São levados da breca os tais negociantes. Mas não admira. Pois se eles já conseguiram que o toque do meio dia fosse dado numa das igrejas da vila ao... meio dia!

Mas são Francisco lhes agradeça tanta devoção... porque, não reste duvida que os tais negociantes são bons catolicos e bem tementes a deus, nem que seja mesmo a Baco. O diabo é que Satanaz lá os espera no seu antro horrivel, onde os fará devorar pelas chamas crepitantes do seu fogo, aplicando-lhes tão doloroso correctivo por em vida não terem cumprido como lhes ordenavam os sagrados mandamentos da lei de deus, que lá dizem bem claro:

Guardai os domingos, etc., que é como quem diz: *Dai nesse dia o descanso por inteiro aos vossos empregados*, ainda mesmo que a lei o não ordene.

Ao domingo não mandeis trabalhar ninguém!

Deus tambem nesse dia descansou, embora fosse num magnifico... canapé, como em outro lugar se diz.

A nossa campanha repercute-se!

Pelo que lêmos no diario republicano do Porto, o «Norte», naquela cidade já estão bem ao facto do procedimen-

to ignobil da camara monarquica deste concelho.

Ainda bem! Refere-se aqúelle nosso presado colega ao despótico regulamento do descanso semanal, elaborado e posto a vigorar pela actual camara a quem com verdade intitula de «retintamente monarquica»; aconselhando aquellas classes, como aquella que com ele foram prejudicados nos seus direitos e regalias, a que vão tomando nota de tais agravos para lhes agradecer em occasião oportuna.

E' assim mesmo. Os empregados do commercio, assim como outras classes a quem sabemos que a actual camara tem perseguido e descontentado, que vão olhando para o futuro!

E' trabalhar com persistencia e sem desanimo, como nós, por uma proxima libertação.

Mas ainda bem que o numero dos descontentes e dos desiludidos já é bastante grande para justificar a nossa attitude de sempre, apesar de muitos que já hoje nos aplaudem com vigor ainda hontem nos criticassem sem razão! E' que nós sabiamos, positivamente, que a maioria dos actuais vereadores não podiam trilhar outro caminho, como bons defensores que são duma causa que se atascou em lódo e pusilanimidade.

E mesmo porque:

Burros velhos não tomam andadura...

Recortes e comentarios...

Do «Mundo»:

Injustiça

Diz-nos um nosso leitor de Coimbra que tem um cão a que, por desprezo, pôs dois nomes—«alemão portuguez e talassas». O pobre cão dá pelas duas alcunhas. Temos a certeza de que o simpatico animal, se soubesse falar, protestaria perante o dono contra qualquer dos nomes com que foi crismado. Pois ha insultos que nem os cães, mesmo os danados, devem consentir.

Cães!... Extranho caso! Mas por cá os termos invertem-se!

Cães e bem danados são, na verdade os que por aqui enchameiam as ruas da vila mordendo a valer mas de... furto!

Cães que, afinal, bem podiam ser disimados se a autoridade competente, cumprindo uma obra meritoria, lhes mandasse aplicar a conhecida... receita!...

Cães, bem danados e de afilada dentuça são os que por aqui nos mordem... traiçoeiramente as cancelas!...

Cães são todos os que por aqui vagueiam impunemente, embora roendo com desmedida voracidade ossos bem graúdos, sem que estes lhes estivessem as tremendas guélas!

Ah! presado colega, se os visse?...

São de raça apurada e de grande corpansil, e mordem... de furto como bons rafeiros que são!... E estes não protestariam contra o alcunha de *talassas ou alemães*, por que o são do intimo da alma, se não é motivo para sagrada excomunhão o dizer-se que os cães tem alma.

Cães, sim, mas rafeiros dos mais apurados!

Nas vespéras da eleição da actual camara monarquica, o seu principal caudilho, que por sinal é **empregado publico**, e que hoje para escarneio das Instituições e Indribio do concelho é Presidente da Comissão Executiva Municipal, arengou fortemente, se estamos bem certos, em tetricas e successivas parangónas que estaremceram os papalvos e fizeram estremer de pasmo os seus submissos apaniguados, que, a nova administração municipal que ele viria um dia a encetar, como de facto aconteceu, em nome e defesa da causa por que luta, seria só em exclusivo interesse e progresso desta vila e concelho.

E, então, mal dizendo e criticando acerbamente, embora sem razão e fundamento, a gerencia activa, honesta e intelligente da ultima comissão republicana, e esvurmindo todo o seu odio e despeito contra a pessoa do seu illustre presidente, o abalizado clinico, prestimoso cidadão e nosso valioso correligionario, Dr. Miguel Fonseca, anunciava com ruidoso estrepito, que uma vez que, por ele candidato á presidencia, fosse restaurada a monarquia nos Paços do Concelho, todos sentiriam a firmeza do seu pulso, a energia da sua incomparavel actividade, a realisação do seu maquiavelico programa administrativo!

An! Ninguém deixaria de saudar o seu nome! Tudo ficaria extatico, em serafica contemplação ao minotauro magestoso!

E' certo que ele não promettia fazer parar o sol como fez Jesué, por tal tarefa ser da exclusiva competencia de deus, seu amo e senhor, e jamais com ele queria incompatibilisar-se, não se indispondo, desta forma, com quantos retrocidos carólhas que o tinham erguido a tão regias alturas; mas aliançava naquelas suas notorias e peculiares fanfaronadas, (pois é este o termo já de ha muito consagrado nos conciliabulos politicos do meio) que, Barcelos, sob a égide do seu mando transformar-se-ia como que magicamente:

A agua e aluz seriam a jorros; os redditos do municipio iam ser administrados com acerto e escrupulo; a abertura de novas avenidas e a construcção de novos edificios modificariam por completo a estetica da vila; enfim, os habitantes desta formosa e redentissima parageira, assistiriam abismados, atonitos, a mais assombrosa obra de reconstrucção e progresso que a fantasia pode por vezes criar! Era o delirio! Era o sonho! Era... a fanfaronada de sempre.

Tudo isto e muito mais arengou o actual presidente da comissão executiva municipal nas suas tetricas parangónas; tudo isto e muito mais ele fez espalhar aos quatro ventos pelas bocarras desdentadas dos mais atrevidos tonsurados, seus prediletos mensageiros, por aldeias e caminhos, quando, em dias de feliz ventura, chegou a con-

vencer-se que o seu regio amodia vir de largada por ahí fóra, atravessando rios e montes para, saciando lhe a sua incmensuravel vaidade politica, o distinguir na cohorte os seus adeptos.

... Mas os dias passaram sem que o real mensageiro abordasse a estas reconditas paragens e succederam-se, então, como era de prever, as mais atrozes desilusões; apagaram-se os entusiasmos, para darem lugar á triste realidade dos factos!

Veio o descontentamento geral com todo o seu cortejo funebre. O povo, representado pelo commercio, pela industria e pelas classes trabalhadoras devidamente organizadas, começaram a levantar os seus protestos e a pedir justiça!

Ora tudo isto vem a propósito para dizer-se que a actual camara não tem senão esbanjado o dinheiro dos municipes, construindo estradas para casa dos amigos e só em proveito destes, como sejam: as de **Silveiros, Creixomil, Maçieira** e a da... **Fervença**; não tem senão cometido tropelias e irregularidades, postergando os legitimos direitos das classes humildes e trabalhadoras, como ultimamente aconteceu com a dos empregados do commercio e com os proprios empregados administrativos, oprimindo a liberdade dos primeiros e cerceando ilegal e arbitrariamente, aos segundos, o justo aumento dos seus ordenados, que a ultima comissão republicana tinha levado a efeito, atendendo á exiguidade dos seus salarios.

E é, principalmente sobre mais esta violencia sem nome, que hoje nos occupamos.

Todos sabem que a ultima comissão Republicana, no intuito nobre e generoso de suavisar um pouco a existencia já atribulada dos empregados administrativos e atendendo ás dificuldades economicas em que estes viviam, pois os seus serviços eram intorriormente pagos, como acontece com os amanuenses, zeladores e officiais das secretarias administrativas, resolveu com aplauso de todos os contribuintes aumentar-lhes os seus ordenados dentro do possível das receitas municipais.

E, assim é que, em principios de Janeiro do corrente ano, a referida comissão republicana, ordenou que o seu tesoureiro iniciasse o pagamento desse aumento, como tinha sido aprovado em sessão competente e ao abrigo dos artigos 102.º n.º 7 e 219.º do codigo administrativo de 1878, em vigor nesta parte, por virtude do Decreto com força de Lei de 13 de Outubro de 1910, que dizem muito clara e taxativamente:—

«As camaras pertencem as seguintes attribuições:... 7.º Crear partidos para facultativos, boticarios, parteiras e veterinarios, e bem assim os **empregados necessarios** ao desempenho dos serviços da admi-

nistração municipal e interesse do concelho, **arbitrando-lhes a correspondente remuneração** e extinguindo-os quando se tornem necessarios.

Art.º 219.º.—Os empregados da administração do concelho vencem os ordenados que lhes forem votados nos orçamentos municipais, e perceberão os emolumentos que por lei lhes competirem.»

Claro é que, sobre a sua applicação não se podiam levantar duvidas no espirito de creaturas bem intencionadas, tanto mais se olharmos a que, a vereação republicana não quiz com tal resolução administrativa, absolutamente legal, fazer politica ou angariar votos, porquanto, da maioria dos empregados municipais, são bem conhecidas as suas ideias e convicções monarquicas. A vereação republicana teve a louvavel pretensão de melhorar a triste situação daqueles que não podiam trabalhar... de graça; pois é bem antigo ditado: quem quer bons creados paga-lhes. Porque não é admissivel que um zelador municipal ou um official da administração, alem dos seus serviços na respectiva repartição, percorra durante uma semana inteira as mais distantes freguesias do concelho, vigiando trabalhos que lhe são destinados ao effectuando as mais arriscadas diligencias, pelo preço mesquinho e miseravel de menos de 530 centavos, fóra os repetitivos descontos, sempre inherentes ás funcões que desempenham.

Ora para evitar esta miseria é que a comissão republicana levou á frente, como era de justiça, o aumento de ordenados aos empregados administrativos. Não teve ela outro intuito, não teve ela outro fim...

... Mas... veio a camara monarquica, e como o embituado presidente da sua comissão executiva, composta na sua maior parte de autenticos paparatas, tivesse arengado para iludir papalvos que esse aumento era ilegal, não só por que era contra lei mas tambem porque todas as resoluções tomadas pela comissão republicana, desde Janeiro de 1914, eram tritas e nulas, nunca tal justificando nem provando, immediatamente suspendeu o pagamento do aumento estabelecido.

Qual o alcance politico desta medida? Nenhum!

Qual o fim moral de tal gesto? Nenhum!

Qual seria a intenção da camara municipal? Uma só! Prejudicar e sacrificar inutilmente uma modesta classe de empregados que vive repleta de agruras e com fome, e deitar poeira nos olhos daqueles que, num impensado momento, os escolheram para seus proprios vilões.

De resto, pergunta-se? Assistiria á actual camara o direito de anular todas as deliberações da vereação sua antecessora? Não! E' essa a nossa opinião,

assim como a do illustre juiz de Direito que foi governador civil de Braga, sr. Dr. Alvares de Moura, e a do mestre em direito administrativo sr. Dr. Jacinto Nunes, illustre Deputado da Nação e velho defensor das regalias municipais.

Como já se disse, o artigo 102.º n.º 7 do Código de 1898 conferia ás camaras o direito de que a ultima comissão republicana usou; mas se este houvesse de ser contestado, só aos tribunais respectivos—Contencioso Administrativo—competia sanar o conflito, e não ás camaras que nunca usufruíram tais atribuições, embora no caso debatido, a de Barcelos, por inspiração do seu presidente, como bom megalomano que é, se julgasse com esses poderes, pelo simples motivo de fazer parte duma camara retintamente monarchica esupondo-se, por tal rasão, rei da Bacóculandia e seus domínios.

Esta é que é a verdade que se não destroe com fanfarronices, embora tambem se afirme que a camara republicana não podia tomar tais resoluções por estar a exercer um mandato que virtualmente tinha findado. Tal argumento é tambem supinamente irrisorio e ridiculo! Então se a questão que mais tarde se debateu no tribunal administrativo sobre a legalidade ou ilegalidade da ultima eleição camararia se tivesse prolongado por alguns anos, como por vezes acontece em causas identicas, a camara tinha que sugar a sua ação administrativa a meros serviços de expediente? Tableau!...

A comissão republicana emquanto que uma nova camara não fosse eleita nos termos do Código Eleitoral vigente, estava legalmente no seu posto, exercia o seu mandato, cumprindo, embora com sacrificio, um alto dever civico. Caso identico esta-se dando precisamente com o funcionamento da actual camara legislativa, que está prorrogando o seu mandato por motivos extraordinarios e de força maior. Quem o permite? A Constituição Política da Republica, a rasão, a logica e o bom senso.

A actual camara estava tambem convencida desta doutrina, mas era preciso, para dar a satisfação prometida aos amigos, exercer mais um acto de vindaicta pessoal contra a pessoa illustre do inclito medico, que é o sr. dr. Miguel Fonseca.

Mais nada! Porque, por espirito de economia ou boa administração é que não foi. Todos vêem que os esbanjamentos e as irregularidades continuam se não redobram, á moda antiga.

A camara actual, em cerca de 8 mezes de gerencia, absolutamente nada tem feito que não seja só em exclusivo interesse de meia duzia de magnates que a alçou a lugar de tanta responsabilidade. Todos se queixam! Os proprios amigos que a elegeram sentem-se fortemente desiludidos! O que por ahí vai é uma vergonha e uma miseria! E' preciso, pois, aniquilar semelhante monstruosidade, embora para tanto seja necessario empregar os maiores esforços e dispendir as maximas energias.

Implantemos a Republica no Municipio para bem do concelho e do povo que já se esta sentindo ludibriado e escarnecido.

Venha uma camara republicana!
Viva a Republica!

Finalmente, que queres tu?...

—Na verdade, tu que queres, afinal?

Quero que tenhas fé... de mais!...

—Mas eu creio que isto de ter fé... de mais ou fé... de menos é uma questão com que nada tens. *Eu vou á missa, eu reso, eu confesso-me...*

—Pois sim, meu caro, mas isso não o deves fazer *por habito ou simples transmissão de teus paes...*

—Perdão!... Mas eu não procedo assim por habito ou transmissão. Era o que faltava que eu fosse á... missa como quem vae ali á... sim, tu bem sabes, ou ao confesso como quem descalça uma bota que nos aperta os joanetes com furia danada. Eu não penso assim! Vou á... missa porque sou crente; confesso-me porque tenho fé. Não se trata pois de nenhuma *transmissão*, porque no presente momento não estou habilitado para qualquer herança graúda.

—Mas, então, dis-me, o que é que tu entendes por fé... de mais ou fé... de menos.

—O que entendo?!... Isso é misterio insondavel que nós, como bons crentes, não podemos decifrar por sémos infinitamente pequenos.

—Ora essa!... Pequenos!... Mas cada vês compreendo menos; pois se tu és bem avantajado...

—Sim, irmão amigo, repito, é tudo misterio, misterio insondavel, como concordarás.

—Nada! Isso é que não concordo. Quero que tu me expliques essa barafunda porque, como sabes, não ha nada que se não explique neste mundo, e mesmo porque preciso de me prevenir para não *morrer de morte de macaco...*

—Mas que vem a ser isso de *morte de macaco*? Não percebo?

—E' que os macacos quando por mal dos seus pecados se veem entre as dez e as onze, atam as mãos na cabeça, abrem os olhos e fecham o... e, sem mais aquelas deixam-se ir por a agua abaixo sem salvação possível.

—Pois fazem mal! Se a questão é de salvação o caso tem cura porque ele não mora muito longe, tem uma pasteleria... ali mesmo á rua Direita.

—Deixa-te de facecias... Eu estou a falar-te com sinceridade e como crente que sou. Isto, já te disse, é uma questão de fé... de mais ou fé... de menos.

—Bem, pois então, explica-te; põe lá isso em pratos limpos.

—E' que para *ser justo e bom*, é preciso ter fé e crença na *victoria final*, nas *bóas acções praticadas sempre com lealdade e respeito pelas leis do paiz*.

—Mas que diabo tem para o caso as leis do paiz com a nossa fé e com a nossa crença?

—Socega. Eu ainda não terminei as minhas considerações. Ora... como te dizia é preciso

ter fé na victoria final: que não *sofismemos os nossos direitos mas que não abandonemos as nossas regalias. E para ser assim é preciso conhecer a grande legislação de deus. E' preciso dirigir-lhe as nossas minutas. Em conclusão: para se alcançar o reino dos ceus precisamos de procurar um advogado para que ele, consultando com rabula os escaninhos dos codigos, proponha em nosso nome, em juizo... final, uma acção de investigação de paternidade ilegítima.*

—O quê?!... Uma acção de investigação de paternidade ilegítima!... Mas isso é extraordinario e contraproducente porque nós somos, salvo seja, filhos do mesmo pai, embora haja quem afirme e cremos que com justa rasão, que o pae dos filhos de Zebedeu não é pai dos filhos do... Zé da Mãe.

—Pelo que vejo, afinal, não atingistes o conteúdo das minhas considerações.

—Sim, é possível, elas são de tal transcendencia que só quem for muito crente... como tu, é que pode penetrar-as. Isso fica para os que tem fé... de mais, mas terminar sempre te direi que:

Quando deus criou o mundo
Em seis dias como é fé
Ao setimo posou ele
Aqui neste canapé.

Razões dum camponês

Dialogos simples para aldeões

—Meu amigo Manuel, de nada vale o que dizem o padre e os mentôres baratos que por aí pregam o medo e a cobardia. O povo, este admiravel povo português, de que tu e eu somos umas pequeninas parcelas, faz sempre o que muito lhe dá na «gána», como dizem os nossos vizinhos galêgos. Sempre assim foi; não é de hoje. A monarchia de gatunos e traidores, que deus conserve nas profundas do inferno por muitos anos e bons, mantinha um verdadeiro exercito de jesuitas, espalhados por todo o país, em centenas de coios, e especialmente encarregados de prégar o poder de deus e a virtude e honradez da quadrilha monarchica e do rei seu capitão mór. Tinha, além disso, em cada freguezia, um ou mais padres, faustosamente instalados em suntuosas residencias paroquiais, com soberbos rendimentos de passais e de inscrições, e com privilegio de cobrar por sua conta e risco, os impostos da congrua e das oblatas, dos pés de altar, etc. etc. Tambem estes tinham a missão especial de prégar as virtudes de deus e da virgem, juntamente com a honestidade dos ladrões que estavam de pousse dos cofres publicos. Mantinha a monarchia além deste enorme exercito de mais de vinte mil creados, encarregados de fanatisar o povo e prégar a ignorancia e a estupidez, uns 40 bispos, fornecendo-lhes riquissimos e confortaveis palacios para eles residirem, e a

mesáda certa somando muitos comerem.

Toda esta cambada, com rarrissimas excepções, se aproveitava do confessorario para o exercicio da propaganda da estupidez e para contar lóas á monarchia de bandidos que governava Portugal, para prégar o ódio aos republicanos e á Republica, á liberdade e ao progresso.

Aproveitavam-se do pulpito para infamar os que lutavam, sacrificando haveres, saude e o proprio sangue, em prol da salvação da Patria.

Os sermões deles e os murmurios dos confessorarios, visavam apenas a convencer o povo que lhe caía nas unhas, da valentia da guarda municipal e da virtude de Santa Maria, do poder imenso de deus e da bondade da familia real, sua delegada no mundo.

Ora dize-me lá: de que valeu tudo isso? O que adiantou esse exercito de morcegos, á monarchia e a deus? Tudo caiu na devida altura, rei beato e traidor, ministros gatunos e vendidos ao estrangeiro, jesuitas, bispos, e padres malandros, tudo foi para a casa do diabo mais velho; tudo ruuiu, todas as mentiras que com tanto trabalho engendraram se desfizeram em poucas horas.

E por que? Qual a rasão, porque nada valeram á monarchia tantos missionarios, tantos padres e tantos bispos? Qual o valor e eficacia de tantos sermões politicos, tantas confissões, tantas praticas, tantos jornais a defender a santa causa? Onde estava o poder de tantos deuses, tantos cristos, tantos santos e santas, tantas virgens e tantas semi-irgens, todos ao serviço da monarchia, todos ao serviço da ladroagem? De nada, não é verdade Manuel?

—Realmente é assim. O povo, quando quiz, fez a Republica, a Lei da Separação e outras leis, e pronto. De nada valeu o que prégaram os padres durante muitos anos.

—E sabes por que, Manuel? Por que a monarchia era a traição, era a bandalheira, era o debóche, a negação da liberdade, da justiça e da verdade; por que os padres eram os saltimbancos do divino e da quadrilha monarchica, e a Republica era a salvação e o engrandecimento da Patria, era a civilização e o progresso, era a emancipação e a liberdade. Foi por isso que o povo trocou com entusiasmo todos os sermões, todas as confissões e todas as praticas, pelos discursos cheios de patriotismo que os apostolos da verdade lhes prégaravam na praça publica, á luz do sol, tão claros e singelos, como a sua alma; foi por isso que o povo, este admiravel povo português, deu um eterno pontapé no rei e nos jesuitas, e proclamou a Republica e fêz a Lei da Separação. Do lado dos jesuitas e do rei estava a mentira; do lado da Republica estava a verdade. O povo português escolheu a verdade.

João da Eira.

Fatinhos completos, capotes, varinos, casacos e sobretudos para creança. Grande sort do, **Augusto Vieira**, Campo de S. José.

CORRESPONDENCIA

Vila Cova.—Sem pretensões a grande cronista e sem pretensões á critica iniciamos já as nossa correspondencia para este simpatico hedomedario.

As nossas cartas serão tanto mais regulares quanto possível. Seremos juntos nas nossas apreciações como delicados nas nossas palavras. Saudando a «Era Nova», abraçamos efusivamente o seu corpo redactorial, como prova de simpatia e de solidariedade.

—Esteve em Sequeira, Braga, o nosso colega do «Barcelense» e intelligente secretario da Junta de Paroquia d'aqui, sr. Antonio Cachada.

—Teve a sua delivrance, dando á luz uma formosa criança do sexo feminino, a esposa do nosso amigo e professor oficial d'aqui, sr. Luis Coelho.

—De visita a seu irmão o nosso particular amigo sr. Rufino Adelino de Miranda, esteve aqui, na passada quarta-feira, o rev.º Adelino de Miranda, residente na Apulia.

—Apareceu a semana passada enforcado no quarto que habitava, o proprietario e lavrador Domingos Dias de Sá, que ha tempos vinha manifestando indícios de alienação mental.

Depois de se proceder á autopsia, foi o cadaver sepultado na passada quinta-feira.

Pesames aos doridos.

ACABA DE APARECER

A' RODA DE PORTUGAL

por José Agostinho

1 vol. de 470 paginas. Preço br. 50 centavos, etc. 70.

«A Roda de Portugal» constará de 2 vol de 470 paginas cada um. Está publicado o 1.º volume que é uma obra encantadora. «O Primeiro de Janeiro», disse o seguinte:

«A Roda de Portugal» é um livro para artistas e um livro para patriotas, um livro para eruditos e um livro para o povo. A linda terra portugueza, com os seus monumentos e com as suas paisagens, com os seus heroes e com as suas glorias, resplandece em cada pagina com um fulgor desusado entre nós, numa homenagem sobriamente romantizada, em que as personagens, fantasiadas dentro da maior verdade, vão derramando não só noções limpidas e rapidas sobre sciencias naturaes e principalmente sobre os melhores inventos modernos, como sobre hygiene, educação civica, moral, etc.

Ao mesmo tempo, o leitor é empolgado, a cada passo, por brilhantes e enternecidas descrições, e por um estilo, em geral cristalino e simples, embora tambem frequentemente colorido com um vigor de inolvidavel originalidade.

O seu autor pensou-o e sentiu-o de toda a sua alma, como patriota e como artista, e seguindo oferecer nele talvez a sua verdadeira obra prima e valorizado, como nenhuma, ela mais elevada devoção ao tridionalismo nacional.»

Reportagem semanal

O nosso jornal

Por absoluta falta de espaço, não nos é possível inserir neste n.º muito noticiário, assim como uma nova local que se intitula—Uma sessão plenária da câmara monárquica, (Intermezzo cómico em 3 actos e uma apoteose final)—do que pedimos desculpa aos nossos leitores.

Restabelecida

Já se encontra a esposa cariñosa do nosso amigo e prestantíssimo cidadão sr. Antonio Tomás de Araujo, filho do sr. Tomás José de Araujo, abastado proprietário e importante negociante nesta vila.

Os nossos cumprimentos.

Santa Luzia

Promovida pela comissão dos anos anteriores, celebra-se na igreja do Terço, no proximo dia 27, uma importante festividade a Santa Luzia.

A banda dos Bombeiros Voluntarios abrilhantará tao ruidosos festejos.

Enferma

Encontra-se ligeiramente a esposa do nosso amigo e correligionario, sr. Antonio Pereira de Araujo, muito digno Ajudante do sr. Official do Registo Civil deste concelho.

Desejamos-lhe rapidas melhoras.

Movimento judiciario

Audiência de 4 de novembro de 1914

Juiz presidente sr. dr. Ariscado de Lacerda. Agente do Ministerio Publico, sr. dr. Francisco Carlos Soares.

Inventario por falecimento de Maria Teresa de Sá, da freguesia de Palme. (3.ª classe) ao escrivão do 1.º officio sr. Cardoso. Idem de José Gomes Rodrigues, desta vila (3.ª classe) ao escrivão do 4.º officio sr. Monteiro. Idem de Manoel Alves de Abreu, da freguesia de Cossourado (3.ª classe) ao mesmo escrivão. Idem de Antonio de Macedo, da freguesia de Alheira (3.ª classe) ao escrivão do 5.º officio, sr. Terroso. Idem de Ana Pereira, da freguesia de Arcoselo (3.ª classe) ao escrivão do 6.º officio sr. Baltazar. Idem de Maria Rosa de Jesus da freguesia de Christelo (3.ª classe) ao escrivão do 1.º officio, sr. Cardoso. Idem de Francisco da Silva Carvalho, da freguesia de Grimancelos (4.ª classe) ao escrivão do 6.º officio, sr. Baltazar. Idem de Manoel Joaquim Maciel de Abreu, da freguesia de Galegos (Santa Maria) (4.ª classe) ao escrivão do 3.º officio, sr. Porfirio. Idem de Justina Luiza, da freguesia de Perelhal (4.ª classe) sr. escrivão do 5.º o-

ficio sr. Terroso. Idem de Manoel Antonio de Oliveira, da freguesia da Silva (4.ª classe) ao escrivão do 1.º officio sr. Cardoso. Idem de Francisco de Souza Caravana, desta vila. (5.ª classe) ao escrivão do 3.º officio sr. dr. Porfirio. Idem de Antonia da Silva Fortuna, desta vila (6.ª classe) ao escrivão do 2.º officio sr. Silva.

Audiência a 8 de Dezembro de 1914

Juiz presidente sr. dr. Ariscado de Lacerda. Agente do Ministerio Publico sr. dr. Francisco Carlos Soares. Escrivão de serviço o do 2.º officio, sr. Silva.

Acção civil de Joaquim do Vale Lima, da freguesia de Perelhal, contra Angelino Emilio do Vale Lima, da mesma freguesia. (1.ª classe) Ao 4.º officio sr. Monteiro.

Acção civil de pequeno valor de Julio Correia, da freguesia de Arcuzelo, contra Julio de Miranda, da de S. Martinho de Galegos. (4.ª classe) ao escrivão do 5.º officio sr. Terroso.

Registos de casamento

Efectuaram-se na Repartição do Registo Civil desta vila, o do sr. Julio Rodrigues de Castro, guarda livros da fabrica J. Salort & C.ª, com a sr.ª D. Berta Furtado Dantas. Testemunharam o acto o sr. D. José Domenech e sua exm.ª esposa; e na casa da habitação da sr.ª D. Fausta Amaral, ao Largo da Fonte de Baixo, o do sr. Joaquim Vieira da Costa, negociante, com a sr.ª D. Maria Euriqueta Coelho da Cruz, proprietaria.

Finda a cerimonia civil pelos nubentis foi oferecido com a maior gentileza um copo de agua ao convidados.

Felicidades.

Orquestra

Segundo informações que conseguimos obter de pessoas entendidas, sabemos que a orquestra da regencia do sr. Manoel Antonio da Silva, inteligente e competentissimo director da excelente banda dos Bombeiros Voluntarios, na festa que na passada terça feira se effectuou na igreja do Hospital da Misericordia, desempenhou com verdadeira maestria e proficiencia magnificas partituras de musica sacra.

Bom é que assim acontecesse para mais uma vez se provar que não é preciso ir procurar fóra da terra orquestras desta natureza, porque não as ha melhores.

Muito bem! Para o nosso amigo, sr. Silva, vão as nossas sinceras felicitações.

Falecimento

Na freguesia das Neves, do concelho de Viana do Castelo, faleceu o pai do nosso particular

amigo sr. Manoel Ribeiro Meira, importante negociante da nossa praça e irmão do sr. José Ribeiro Meira, também negociante á rua Manoel Pais.

Aos nossos amigos apresentamos sentidas condolencias.

Cinematografo

Está fixado o dia 27 do corrente para a exhibição no nosso teatro, da 3.ª serie da pelucula de assuntos da «Guerra Europeia».

Para o dia 25, está também destinada a bita da serie d'ouro «Satanasso» que nos dizem satisfazer aos mais exigentes.

No proximo domingo, teremos também duas excelentes sessões cinematograficas, que a calcular, pelos programas que desde a inauguração da segunda época, tem sido confeccionados para sua exhibição, é de prever duas enchentes, visto que assim quasi sempre tem acontecido.

Pela sociedade

Em Moncorvo:

Estiveram os srs. Domingos Ferreira e ex.ª esposa, capitalista e velho republicano.

No Porto:

Os srs. Antonio Fernandes Correia, importante negociante, e dr. Teotónio da Fouseca, muito digno conservador do registo predial nesta comarca e nosso valioso correligionario.

Em Braga:

O sr. João d'Almeida Valença, muito digno amanuense dos caminhos de ferro e devotado republicano, e o sr. dr. José Gomes de Matos Graça, habil clinico.

Na Povoação de Varzim:

O sr. Manoel de Faria, solicitador nesta comarca.

ANNUNCIOS

Lições de musica

Rudimentos pelo método do conservatorio.

Ensino em instrumentos de sopro—flauta, clarinete e metais e instrumentos de corda—rabecca, violoncelo, bandolim, etc; e ainda canto.

—Duas lições por semana a preço de 1\$20 a 1\$50 e de 1\$50 a 2\$00 mensais, segundo o grau de adiantamento do aluno.

Para condições especiais, preços combinados.

Queriu pretender dirija-se ao mestre da banda dos Bombeiros, Manoel Antonio da Silva ou a Joaquim Matos. (1126)

O LIVRE PENSAMENTO

A. E. de Victoria Pereira

JULGAR DEUS

TRABALHO D'ALTA TRANSCENDENCIA FILOSOFICA

A verdade, a razão e a sciencia esmagando os preconceitos biblicos e os dogmas absurdos das religiões que tem dominado o mundo e entravado o progresso.

A luz illuminando uma era nova, libertando o espirito da mulher e da creança da tutela nefasta dos jesuitas e das congregações religiosas.

Titulos dos capitulos:—Divagando—Onde principia e onde acaba Deus—A preocupação da humanidade—A Biblia, a Historia e a Filosofia—A terra segundo os sabios—Os crimes do Deus Biblico—O diluvio dos hebreus—A Biblia é o livro mais imoral que ha—Julgamento do Deus da Guerra—Eureckal-Jerichó—O Egito historico até ao exodo do povo de Moysés—Filosofando—Filosofando e continuando—Deuses e religiões—Autos de fé, tormentos, morticínios e assassínios em nome do Deus cristão—A separação da igreja do Estado.

O livro é dedicado ao eminente homem d'Estado o illustre cidadão Dr. Afonso Costa, e é uma homenagem ao grande propagandista republicano Dr. Magalhães Lima, Grão-Mestre da Maçonaria Portuguesa, á Maçonaria mundial e aos livres pensadores.

Um volume em 8.º, brochado e com os retratos dos personagens a quem é dedicado!!

Preço: \$20, custo da edição. — A' venda em todas as livrarias.—Pedidos de assinaturas, revenda, ou grandes encomendas a Luiz Pereira—Jogo da Bola—Obidos.

NOVIDADE SENSACIONAL

Rodolpho Matin

A CUERRA AEREA

De Berlim a Bagdad

Traducção do capitão Moraes Rosa

1 volume de cerca de 250 paginas com uma capa allegorica a cores, preço \$30.

PROVINCIA FRANCO DE PORTE

A' venda na «A EDITORA»—Largo do Conde Barão 50, Lisboa e em todas as livrarias.

A AGUIA

REVISTA MENSAL DE LITERATURA, ARTE, SCIENCIA FILOSOFIA E CRITICA SOCIAL

Director literario, Dr. Teixeira de Pascoais.—Director artistico, Antonio Carneiro.—Director scientifico, Dr. José de Magalhães.—Secretario da redacção, editor e administrador, Alvaro Pinto.

Correspondentes:—Paris, Philéas Lebesgue.—Salamanca, Miguel de Unamuno.

Propriedade de «A Renascença Portuguesa»

PREÇOS (Pagamento adiantado) Portugal, aviso \$10 Semestre, \$50. Ano, 1\$00.—Africa e India, \$12; \$30 e 1\$20.—Espanha, 60 ct.; 3 pesetas e 6 pesetas. — Estrangeiro, 60 ct.; 3 francos e 6 francos.—Brasil, \$30, 6\$00 e 6\$00 (fracos).

PREÇO dos anuncios (por publicação) 1 pagina, na capa 1\$00. Além do texto, 3000.—1/2 pagina, 2\$20 e 1\$60. — 1/4 de pagina, 1\$2 e \$90

(Não se satisfazem os pedidos que não venham acompanhados da respectiva importancia. A cobrança é á custa do assinante.

DEPOSITARIOS—No Porto—Livraria Chardron de Lelo & Irmão, Carmelitas; Em Coimbra, F. França & Armenio Amado; Em Lisboa, Livraria Ferreira, Rua Anrea.

A venda no Brasil nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Pará, Manaus, Pernambuco, Baía e Santos; na Africa, em Louanda, Catambella e Lourenço Marques; na India, em Nova Góa.

Redacção e administração—R. da Alegria, 218, Porto.

Tipografia—Costa Carregal, travessa Passos Manuel, 27, Porto

Toda a colaboração é solicitada. Toda a correspondencia de ser dirigida ao secretario da redacção